



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES**

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

## **PARECER JURÍDICO**

**PROTOCOLO Nº 348/2025.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2025**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2025**

**ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

### **1- RELATÓRIO**

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Municipalidade, para análise e parecer, a impugnação de edital apresentada pela Empresa Gambatto C1 Veiculos Ltda, Cnpj nº 07.297.646/0003-93.

A insurgência da Empresa se dá a respeito dos seguintes: 1) Exigência de 06 (seis) airbags; 2) Exigência de Faróis 100% Led; 3) Dimensões Mínimas: altura, largura e comprimento; 4) Capacidade Mínima do tanque de Combustíveis; 5) Ausência de Wi-fi Embarcado.

De forma sucinta, é o Relatório.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES**

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme Determina a Lei nº 14.133/2021, Art.5º, em sua aplicação, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB).

A licitação é um procedimento administrativo que, respeitados os princípios da Administração Pública, deverá privilegiar a isonomia entre os participantes, devendo ser selecionada a melhor proposta e que atenda aos seus interesses, regra geral.

No caso em apreço, observa-se que as exigências mínimas constantes do edital do Pregão Presencial nº 009/2025, não limitam ou restringem a participação de várias empresas que podem ofertar uma infinidade de outros veículos. A administração pública tem o direito de, observados os critérios de conveniência e oportunidade, eleger padrões mínimos dos bens a serem adquiridos, que incluem itens de segurança, como é o caso da exigência de 06 (seis) airbags, entre outros.

Além do mais percebe-se que na fase interna na eleição das características mínimas que deveriam ser apresentadas pelo objeto licitado, fazendo pesquisa e avaliações de mercado, o órgão municipal apresentou razoável justificativa para tanto. Sabe-se que é na fase interna da licitação, a qual precede a abertura do procedimento público, que se identifica a

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

necessidade da contratação, a definição do objeto, os critérios de aceitação das propostas, fixação dos prazos e etc.

A administração pública não está obrigada a comprar o produto mais barato, mas o mais adequado às suas necessidades e se houver mais de um nessas condições, aí sim, deve optar pelo de menor preço, a lei de licitações não foi instituída para obrigar as pessoas jurídicas de direito público a comprar sempre pelo menor preço, mas para evitar fraudes nas compras publicas.

Portanto, concluí-se que os atos administrativos são dotados de presunção de veracidade e legitimidade, até que se prove o contrário, destarte não vislumbro nenhuma ilegalidade no Edital de Licitação, sendo as especificações adotadas pelo ente publico questão de Mérito Administrativo.

Dessa forma percebe-se que mais de uma marca e modelo se enquadram nas especificações do Edital, caso não fosse várias seriam as impugnações ao presente edital, diante disso, entendo não ser de Interesse Público a Alteração do Edital para satisfazer interesse particular de empresa especifica que não poderá participar do procedimento licitatório pois sua marca e modelo não se enquadram nas especificações, sendo que, caso ocorra tal alteração poderia a administração publica estar infringindo o princípio da impessoalidade, pois estaria mudando sua “vontade” para beneficiar a recorrente.

Sabe-se que a Administração Pública, deve seguir entre outros o princípio da Supremacia do interesse público, estando este na base de todas as funções do Estado, por isso ele constitui fundamento essencial em todos os ramos de direito público. Ademais o Estado tem o dever de perseguir a realização do interesse público, o qual representa um princípio basilar de uma sociedade democrática. Portanto, a supremacia do interesse público significa que o interesse público não se curva a interesses privados e deve, na maioria das vezes, ser priorizado.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES**

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### **III – CONCLUSÃO**

DIANTE DO EXPOSTO, esta Procuradoria Jurídica é de Parecer pela improcedência da impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 009/2025 manejado da recorrente, Gambatto C1 Veiculos Ltda, Cnpj nº 07.297.646/0003-93.

Salvo melhor juízo, este é o entendimento desta Procuradoria Jurídica.

**Campos Borges/RS, 14 de julho de 2025.**

**PROCURADOR JURÍDICO**

**OAB/RS 131.485**

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br

